



CONSTRUINDO A AGROECOLOGIA E O FEMINISMO A PARTIR DA ORGANIZAÇÃO DE MULHERES: UM ESTUDO DE CASO COM GRUPOS DO ESPINHAÇO MERIDIONAL, MINAS GERAIS, BRASIL¹

MENDES, Jackeline Canuto².

2 Engenheira Florestal e mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, Minas Gerais, jackecanuto@hotmail.com.

RESUMO

Diante da realidade de exploração e dominação do sistema capitalista patriarcal, iniciativas de organização das mulheres visando seu empoderamento enquanto gênero milenarmente oprimido e também a valorização e a construção de saberes e práticas em consonância com a saúde da natureza são importantes para a construção de uma sociedade com justiça social e que garanta a sobrevivência das futuras gerações. A pesquisa do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais da UFVJM intitulado como *Desafios na construção da agroecologia e do feminismo a partir da organização de mulheres*, realiza um estudo de caso sobre os processos de organização dos grupos de mulheres: *Raízes do Tabuleiro* e *Mulheres do Maria Ormindá*. O objetivo deste trabalho é apresentar a primeira fase desta pesquisa que consistiu na revisão bibliográfica para o embasamento teórico sobre os conceitos de agroecologia, patriarcado e feminismo e também no levantamento dos históricos dos grupos e das metodologias impulsionadoras dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia; feminismo; auto-organização.

INTRODUÇÃO

Diante da realidade de exploração e dominação cultural das mulheres pelo sistema patriarcal, é importante, para a transformação desse quadro social de subordinação, iniciativas de auto-organização de mulheres visando seu empoderamento enquanto gênero oprimido historicamente.

Além disso, devido a divisão sexual do trabalho, importantes saberes foram construídos tradicionalmente por mulheres que permitiram a autonomia e a resistência de famílias e comunidades rurais frente à lógica homogeneizadora de exploração e lucro do sistema capitalista. As práticas tradicionais milenares de interação com a natureza, que permitiram essa autonomia e ainda persistem permitindo, são elementos fundamentais para garantir a sobrevivência das futuras gerações através da proposta da agroecologia.

A agroecologia é entendida no contexto desse texto enquanto um paradigma² de transformação social com base na interação ecológica, a partir de ações sociais coletivas do ser humano com a natureza da qual faz parte. Esse paradigma apresenta alternativas de autonomia local e bem-viver frente ao sistema de dominação e exploração capitalista.

É contrapondo o sistema capitalista, que a agroecologia se movimenta, fazendo oposição a qualquer forma de exploração e tendo a igualdade social como um de seus grandes pilares. A agroecologia, nessa

¹ Pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

² Segundo Ana Maria Alfonso-Goldfarb (1994, p. 84), de forma geral paradigma é definido pelo estadunidense Thomas Kuhn (1922-1996), físico e filósofo da ciência referência sobre as discussões sobre o tema, como o "conjunto de regras, normas, crenças, bem como teorias, etc. que direciona a ciência conforme a época e as comunidades científicas envolvidas no processo".



perspectiva paradigmática, não pode se efetivar sem a substituição de padrões sociais de desigualdade, exploração e destruição, com base apenas no acúmulo da riqueza e no conforto de poucos.

Transformações sociais à luz da agroecologia permitiriam, para além da resignificação das formas de apropriação e uso da natureza, uma mudança na estrutura social com igualdade, saúde, educação e alimentação de qualidade no campo e na cidade para todos.

Rumo à construção da agroecologia é que a pesquisa de mestrado em andamento do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais da UFVJM intitulada *Desafios na construção da agroecologia e do feminismo a partir da organização de mulheres*, busca investigar os processos de organização de dois grupos comunitários de mulheres: “Raízes do Tabuleiro” e “Mulheres do Maria Ormindá”, ambos localizados na região do Espinhaço Meridional, estado de Minas Gerais, Brasil. O objetivo deste trabalho é apresentar a primeira fase da pesquisa, que consistiu na revisão bibliográfica para o embasamento teórico dos conceitos da agroecologia, do patriarcado e do feminismo, também no levantamento dos históricos dos grupos e das metodologias impulsionadoras.

METODOLOGIA

Este trabalho faz uma revisão bibliográfica sobre os conceitos da agroecologia, do patriarcado e do feminismo. Esses conceitos são chaves para a pesquisa de mestrado intitulada “*Desafios na construção da agroecologia e do feminismo a partir da organização de mulheres*” que propõe um estudo de caso³ com os grupos “Mulheres do Maria Ormindá” e “Raízes do Tabuleiro”, localizados nos municípios de Diamantina e Conceição do Mato Dentro, respectivamente. As duas localidades estão situadas na parte meridional da cordilheira da Serra do Espinhaço, porção localizada no estado de Minas Gerais.

O grupo “Mulheres do Maria Ormindá”, que atualmente conta com duas integrantes, pertence ao bairro Maria Ormindá, como sugere seu nome. Este é um bairro periurbano que surgiu a partir de ocupações de terras na zona periférica da cidade de Diamantina/MG.

Diamantina é um município histórico de 176 anos, tem sua ocupação territorial e econômica marcada pela mineração de diamantes – daí a origem de seu nome. A cidade cresceu sendo referência para famílias garimpeiras e agricultoras, desenvolvendo-se como um polo político e econômico do território do Vale do Jequitinhonha. A cidade atualmente conta com uma população de 47 617 habitantes (IBGE, 2018).

Já a comunidade rural de Tabuleiro, local onde moram as oito integrantes do grupo “Raízes do Tabuleiro”, é um dos doze distritos da cidade de Conceição do Mato Dentro. Este município tem 167 anos de emancipação e está situado na porção setentrional do estado de Minas Gerais, conta com 12.269 habitantes vivendo em zona urbana e 5.639 habitantes em área rural (IBGE, 2011). A comunidade de Tabuleiro conta com uma população média de 1000 habitantes.

³ “O estudo de caso é uma investigação empírica que focaliza fenômenos contemporâneos dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos e o pesquisador tem pouco ou nenhum controle sobre os acontecimentos ou comportamentos estudados” (FERNANDES et. al., 2017, p. 3).



A comunidade de Tabuleiro está localizada a 25 km da cidade de Conceição do Mato Dentro e suas principais atividades estão relacionadas à agricultura de subsistência e ao turismo (já que conta com uma natureza exuberante, incluindo a terceira maior cachoeira do Brasil).

É importante ressaltar que a escolha dos dois grupos, focos do estudo de caso, se deu devido à relação de proximidade da pesquisadora com os mesmos. A pesquisadora participou dos processos de idealização das duas organizações e os acompanhou realizando o trabalho de impulsionadora inicial dos coletivos, que foram sendo construídos participativamente com as outras mulheres no decorrer de seu processo de construção. No grupo *Mulheres do Maria Ormindá*, a pesquisadora participou do processo enquanto comunicadora nos anos de 2014 e 2015; no grupo *Raízes do Tabuleiro*, como participante ativa do coletivo, no período em que morou na comunidade de Tabuleiro, de 2016 ao final de 2017.

A primeira fase da pesquisa relatada neste trabalho consistiu de quatro passos metodológicos: o primeiro foi a realização de uma reunião com cada um dos grupos, a fim de obter a autorização formal para realização da pesquisa incluindo o acesso aos conhecimentos tradicionais; o segundo passo consistiu na revisão bibliográfica para o embasamento teórico sobre os conceitos de agroecologia, patriarcado e feminismo; o terceiro passo foi a revisão de toda a documentação de registro dos dois coletivos desde suas fundações, essa atividade contribuiu para a análise do histórico dos grupos de maneira mais ampla (incluindo o trânsito de entrada e saída das participantes, as metas e objetivos traçados, os aspectos metodológicos utilizados e as atividades realizadas pelos coletivos); o quarto e último passo foi a análise de dados através da sistematização teórica dos principais conceitos utilizados na pesquisa e também da relatoria dos processos organizativos dos grupos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de patriarcado é usado na literatura feminista internacional para significar relações de poder⁴ entre homens e mulheres, onde a subordinação das mulheres ocorre de formas diversas em diferentes contextos e períodos históricos (AGUIAR, 2000). Esse sistema diferencia os sexos, ou seja, a biologia e a fisiologia humana, em categorias sociais hierárquicas culturalmente construídas, ou gêneros (CISNE, 2009). O patriarcado se organiza a partir de um esquema ideológico elaborado e socializado através de normas de conduta para os sexos femininos e masculinos fundamentais à sua manutenção (SILVA, 2008).

O patriarcado é a ideologia de dominação mais enraizada em nossa cultura. Na Antiga Roma, que surgiu no século VIII a. C., elaboraram as primeiras sistematizações de normas severas que fizeram da família uma sociedade com essas características (NOGUEIRA, 2007).

Porém, seria inadequado falar que a sociedade foi sempre patriarcal de modo naturalizado. Segundo Pepe Rodriguez (2000), estudos arqueológicos e históricos demonstram que sociedades matrilineares

⁴ Parafraseando Foucault, o exercício do poder é um modo de ação de alguns sobre outros que opera sobre o campo das possibilidades dos sujeitos ativos. Segundo o teórico, o poder "incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, toma mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir" (FOUCAULT, 1995).



preponderaram durante milênios e as representações divinas de deuses (que no decorrer da história sempre foi reflexo de questões socioeconômicas), durante quase 28 mil anos, eram de mulheres.

As primeiras elaborações míticas (que representavam questões sociais e econômicas dos diferentes contextos históricos) mostraram que o início da superioridade dos homens sobre as mulheres ocorreu com a formação das primeiras sociedades sedentárias e as primeiras privatizações de terra, consequência do desenvolvimento da agricultura, da domesticação de espécies e de condições climáticas favoráveis (RODRIGUEZ, 2000).

Esse processo permitiu, na história da humanidade, os primeiros acúmulos de produção que fizeram com que os homens passassem a realizar o trabalho produtivo (que se produz com valor de venda e troca, como artesanato, alimento e etc.), que até então era realizado pelas mulheres (RODRIGUEZ, 2000).

Assumindo um papel não reprodutivo (ou seja, de manutenção da vida, a exemplo: o trabalho de cuidado com as crianças e os enfermos), as mulheres começaram a perder posição social nos grupos, “*se incrementó el dominio social ejercido por el varón y ello repercutió modificando la estructura familiar - que disminuyó y se hizo patriarcal - y forzando la aparición de las primeras elaboraciones míticas acerca de la inferioridad natural de las mujeres*” (RODRIGUEZ, 2000, p. 180).

Assim, patriarcado se desenvolveu e perdura até os dias atuais, onde ainda “*compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais*” (NADER & MORGANTE, 2014, p. 3). Os homens historicamente foram tendenciados a se tornarem responsáveis pelos trabalhos produtivos⁵ mais afastados da casa, sejam eles de caça, roça, comércio e, com a instauração do sistema capitalista, fábricas. Eles também se tornaram responsáveis pelas finanças da família, assim como por sua representação nos espaços de articulação política, além de comporem o quadro da grande maioria dos intelectuais e serem as representações e lideranças religiosas.

A religião historicamente legitima que o pai é o senhor da família. Utiliza da figura do homem como “*chefe, cabeça, líder, protetor da família, da sociedade e do Estado, liderança determinada por Deus e pela própria natureza*” (SILVA, 2008). Além da religião, as tradições patriarcais que foram formatadas dentro das famílias se reproduziram no âmbito do Estado, formando uma rede ideológica do poder masculino no âmbito social (SILVA, 2008).

Segundo Silva (2008), as normas sociais construídas sobre essa ideologia patriarcal basearam-se no temperamento humano – componente psicológico; no papel social e no status – componente político. O temperamento definido para o homem é de um ser agressivo, inteligente, forte e eficaz; já para a mulher, cabe ser dócil, passiva, ignorante, frágil e virtuosa. Quanto aos papéis, os homens foram tendenciados ao campo da produtividade humana e as mulheres de assumirem o trabalho de casa e o cuidado com os filhos e família em geral (SILVA, 2008).

⁵ Diz respeito às atividades voltadas a produção de bens que vão gerar excedentes para trocas e/ou remuneração.



Segundo Melo (2005, p. 9), a questão é que as atividades de reprodução exercida pelas mulheres “*não são intermediadas pelo dinheiro, seu locus é fora do circuito mercantil, portanto, este é um trabalho invisível e as pessoas que se ocupam destas tarefas são desvalorizadas socialmente*”. Estes trabalhos são de extrema necessidade para a reprodução da vida, porém são desvalorizados e naturalizados pela sociedade como papel apenas das mulheres.

A teoria feminista propõe desmascarar essa cultura patriarcal demonstrando que o gênero é categoria social política que favorece os homens e está presente “*nas mais altas esferas do mais elevado poder, uma vez que, todas as instituições, como o exército, a indústria, a tecnologia, as universidades, a ciência, a política e as finanças, estão teoricamente em mãos masculinas*” (SILVA, 2008, p. 9). O Feminismo caracteriza-se como um movimento de auto-organização das mulheres, em diversas frentes, que visa a conquista de direitos numa perspectiva presente e a conquista de igualdade numa perspectiva futura.

Nas últimas décadas – necessariamente nas zonas urbanas – com o desenvolvimento da industrialização e a diminuição da fecundidade no Brasil, as mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho. Porém, elas acumularam o trabalho fora de casa com o doméstico, exercendo jornada dupla, e muitas vezes tripla – no caso de mulheres estudantes ou participantes de organizações sociais – de afazeres cotidianos.

Além disso, observa-se a ausência das mulheres em cargos e esferas de poder, como na política ou mesmo em setores públicos ou privados. As mulheres também recebem, muitas vezes, menores remunerações no mercado de trabalho quando comparadas aos homens, fato que reafirma a feminização da pobreza (MELO, 2012).

Segundo Silva, o que importa é pensar que o poder entre homens e mulheres já foi igualmente dividido e que em algum lugar do globo terrestre ainda pode ser, apesar de que, na maioria dos povos conhecidos, não o é. E que as consequências dessa divisão hierarquizada entre gêneros são nocivas em suas relações. O que se deve perseguir é uma divisão equitativa do poder para ambos os sexos em todos os povos da humanidade (SILVA, 2008).

Observa-se que, com a divisão sexual patriarcal de papéis, foi no âmbito da casa e de seu entorno que historicamente as mulheres centralizaram seu trabalho. É nesse espaço que conseguiram, e ainda conseguem, conciliar o trabalho reprodutivo e produtivo e, ao longo do tempo, foram construindo profundos conhecimentos sobre a seleção de sementes, domesticação de espécies, combinação entre plantas, podendo ser, então, consideradas de grande importância para a construção das práticas agrícolas tradicionais milenares que embasam o paradigma agroecológico.

Guzmán (2011, p.13) define a agroecologia enquanto um “*manejo ecológico de los recursos naturales a través de formas de acción social colectiva que presentan alternativas a la actual crisis civilizatória*”, fazendo oposição a qualquer forma de exploração e tendo a igualdade de direitos como um de seus grandes pilares.

Tendo em vista que a agroecologia é um paradigma holístico, o manejo dos agroecossistemas não



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

pode ser analisado separadamente das diversas dimensões sociais que se interligam, sejam elas políticas, econômicas ou de poder sobre o outro e sobre a natureza.

Nos últimos anos, diante da situação de extrema pobreza e insegurança alimentar que afeta diretamente a vida de milhares de pessoas que moram nas diversas partes do Brasil, a produção familiar agroecológica vem representando uma alternativa que agrega diversas organizações da sociedade civil na construção de um projeto democrático e sustentável de desenvolvimento de comunidades rurais e urbanas (GRUPO DE TRABALHO DE MULHERES DA ANA, 2008).

A construção da agroecologia prima por uma visão ética de justiça social e ambiental, isso pressupõe o compartilhamento do trabalho doméstico, de cuidados e da gestão da produção, uma vida sem violência, regida pelo respeito e pela igualdade. Isso implica na garantia do direito das mulheres à plena participação da vida social e política em suas comunidades, bem como na garantia de seu acesso à terra, à água, às sementes e às condições de produção e comercialização com autonomia e liberdade.

A dimensão local é a fortaleza da agroecologia que permite a sobrevivência e a resistência contra “*las formas neocolonizadoras de dominación culturales, societales, económicas y tecnológico-científicas*” (GÚZMAN, 2011, p. 13). Ainda segundo o autor, a agroecologia tem uma natureza sistêmica quando considera o agroecossistema, a organização comunitária e os marcos das relações sociais articulados em torno da dimensão local, onde se encontram biodiversidade ecológica, sociocultural e resistência de conhecimentos tradicionais.

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) acredita que é essencial que a Agroecologia se some à luta feminista para alterar a divisão sexual do trabalho, valorizando e reconhecendo as atividades produtivas e reprodutivas das mulheres e, mais do que isso, buscando a sua justa divisão, em especial do trabalho doméstico e de cuidados. A agroecologia traz para o conceito de trabalho, além do valor monetário, todo o necessário para a produção e reprodução da vida, tanto de bens e serviços, quanto das relações de afeto e cuidado, determinadas culturalmente para as mulheres.

O feminismo caracteriza-se como um movimento de auto-organização das mulheres, em diversas frentes, que visa a conquista de direitos numa perspectiva presente e a conquista de igualdade numa perspectiva futura. A construção do feminismo dentro da agroecologia não é caracterizada por propostas prontas e acabadas, e sim, por práticas e reflexões do movimento que se orientam a partir das experiências coletivas que se acumulam a cada momento (ALVES & PITANGUY, 1991). Segundo a Sempre Viva Organização Feminista – SOF (2005), a mudança das relações desiguais de gênero para o movimento feminista se constroem na formação, na reflexão sobre nossas vivências pessoais e coletivas, na atuação dos espaços de articulação onde fortalecem as mulheres como sujeitos políticos, onde essas lições são generosamente compartilhadas com todas aquelas e aqueles que coincidem na vontade política da transformação e de construção de relações igualitárias entre mulheres e homens no campo e na cidade.

E é nesse sentido que as práticas de organização dos grupos locais de mulheres *Raízes do Tabuleiro* e *Mulheres do Maria Orminda* visam contribuir para a construção da agroecologia e para o empoderamento



de gênero.

O primeiro grupo, “Mulheres do Maria Orminda”, foi organizado por estudantes de diversas formações da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), em Diamantina/MG, vinculados ao Grupo Isidoro de Trabalho e Pesquisa em Agroecologia.

As primeiras reuniões organizadas pelo grupo no bairro Maria Orminda, zona periférica da cidade de Diamantina/MG, foram promovidas no início de 2014, a partir do processo de comunicação⁶ do grupo Isidoro com mães em situação de desemprego e subemprego da comunidade.

Para fomentar o processo organizativo do coletivo de mulheres da comunidade, o grupo Isidoro elaborou, em parceria com o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC/UFVJM), o projeto intitulado *Tecendo relações entre gerações, campo/cidade e comunidade/universidade: semeando a Agroecologia junto a mães moradoras de periferias diamantinenses*, aprovado em junho de 2014 pelo edital PIBEX 001/2014 da UFVJM.

O projeto visou fortalecer a comunicação, através da Educação Popular e da Pesquisa-ação, entre esses/as estudantes universitários/as e o grupo de mães animadas/os pelas práticas de Agricultura Urbana e pelos princípios da agroecologia. Após a aprovação do projeto, o processo de comunicação com o grupo de mulheres teve duração de um ano.

O segundo grupo de mulheres, denominado *Raízes do Tabuleiro*, teve sua primeira reunião em setembro de 2015 com uma proposta participativa entre moradoras da comunidade de Tabuleiro de formar um coletivo agroecológico de mulheres. O objetivo do grupo foi encontrar formas de fortalecimento das mulheres incluindo geração de renda que permitisse a permanência das mulheres na comunidade, conciliando trabalho digno e o cuidado com as crianças.

O grupo *Raízes do Tabuleiro* organizou várias oficinas que tiveram como protagonistas camponesas da comunidade de Tabuleiro, em sua maioria mulheres acima de 50 anos. Essas oficinas abrangeram uma grande diversidade de conhecimentos e práticas como: plantas medicinais e produção de fitoterápicos; produção de sabão em pó de mamão e em barra com plantas; produção de corante de urucum; e produção de fitocosméticos.

Aproveitando o potencial desses conhecimentos e o fator em comum entre as mulheres participantes do grupo relativo ao gosto pelas plantas, e também à promoção da saúde através delas, foi que o grupo *Raízes do Tabuleiro* iniciou a produção (que já era em sua maioria realizada individualmente pelas integrantes) de fitocosméticos, fitoterápicos, temperos, chás e produtos de limpeza naturais para geração de renda, se embasando nos princípios da transição agroecológica e Economia Popular Solidária⁷.

⁶ Analisando a filosofia gnosiológica, Paulo Freire (1983) defende em seu livro “*Comunicação ou Extensão?*” que só através da educação dialógica há verdadeiras transformações radicais e humanistas na estrutura da sociedade, e o termo que condiz com esse processo é comunicação, e não extensão.

⁷ Segundo o Conselho Estadual da Economia Popular Solidária – CEEPS, a Economia Popular Solidária é uma forma de economia que está “*intimamente relacionada à luta pela autodeterminação dos povos, ao reconhecimento do conceito de bem-viver e se expressa cotidianamente nas lutas dos povos e comunidades tradicionais contra a mercantilização da vida, em favor dos bens comuns, da gestão comunitária e da reciprocidade (...) materializada sob a forma de cooperativismo e nas diversas modalidades de*



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

O grupo começou a se articular para conquistar estrutura necessária para produção, uma das estratégias foi escrever um projeto ao EDITAL Nº 001/2016 do Fundo de Apoio a Pequenos Projetos, PROAP- Programa de Apoio a Projetos da Região Central, da Cáritas Brasileira. O projeto *Mulheres que Curam* foi aprovado em setembro de 2016, mas o grupo começou a receber os materiais apenas no ano de 2017, até meados de 2018. Nesse meio tempo, passou por algumas dificuldades, iniciando sua produção por conta própria e participando de feiras livres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para construção da agroecologia faz-se necessário olhar para além das práticas de manejo agrícola, entendendo que estas são indissociáveis das relações sociais e ambientais e das questões políticas e econômicas que circundam as especificidades dos diferentes territórios.

Devido ao patriarcado, os saberes e práticas das mulheres foram sendo desvalorizados, porém elas construíram profundos conhecimentos sobre a seleção de sementes no decorrer da história, com a domesticação de espécies, combinação entre plantas, podendo ser então consideradas de grande importância para a construção das práticas agrícolas tradicionais milenares que embasam o paradigma agroecológico.

Portanto, faz-se necessário ter o feminismo dentro da agroecologia para que estes saberes e práticas retornem a ser valorizados e visibilizados, também para que sejam modificadas as relações desiguais de poder que ocorrem em todos os âmbitos da sociedade.

A organização de mulheres em grupos comunitários serve como base para sociabilidade e solidariedade entre elas, porém, observa-se a partir do estudo de caso com os grupos *Mulheres do Maria Ormindá* e *Raízes do Tabuleiro*, que somente a partir da organização dos grupos não há avanços significativos nas relações de poder patriarcais nem na própria auto-organização com base agroecológica.

No grupo de *Mulheres do Maria Ormindá* não houve avanço na auto-organização, e no grupo *Raízes do Tabuleiro* houve dificuldade de incorporação das mulheres camponesas e nativas da comunidade, assim como na produção agroecológica. Porém, no campo da agroecologia, as mulheres melhoraram a economia familiar e houve troca de conhecimentos, produtos e plantas que dialogam com essa ciência, movimento e modo de vida.

REFERÊNCIAS

ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. **O que é história da Ciência**. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

AGUIAR, Neuma. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo**. Sociedade e estado. Vol.15, no. 2. Brasília. Junho, 2000. Conselho Estadual de Economia Popular Solidária – CEEPS. **Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável**. II Conferência Nacional de Economia

associativismo, como alternativas autogestionárias de resistência ao avanço avassalador do capitalismo e na construção de uma sociedade justa e democrática”.



III CIFA
COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

Popular Solidária. Brasília, Junho de 2010.

CISNE, Mirla. **A Relação Orgânica entre Gênero e Patriarcado na Sociedade Capitalista**: uma análise teórico-crítica. Caderno de Debates: A Consulta Popular e o Feminismo. Rio de Janeiro, 2009.

FERRARO, Alceu Ravello. **Epistemologia da Agroecologia**: dialética versus positivismo. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPR, 2015.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983 93 p. (O Mundo, Hoje, v. 24).

FOUCAULT, Michael. **O sujeito e o poder**. 1995.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario**. Plural editores, 2011.

MELO, Hildete Pereira. **Gênero e Pobreza no Brasil**. Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Género en America Latina y el Caribe. Brasília, 2009.

MELO NETO, J. F. **Pesquisa-Ação**: aspectos práticos da pesquisa-ação nos movimentos sociais populares e em extensão popular. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_pesquisa_acao.pdf. Acesso em: 17 jun. 2014.

GRUPO DE TRABALHO MULHERES DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA. **Mulheres construindo a Agroecologia**. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Junho, 2008.

NADER, Maria Beatriz; MORGANTE, Mirela Marin. **O patriarcado nos estudos feministas**: um debate teórico.

NOGUEIRA, Mariana Brasil. **A Família**: Conceito e Evolução Histórica e Sua Importância. Revistas UFSC. Disponível em: < http://www.pesquisedireito.com/a_familia_conc_evol.htm >. 2007.

NUNES, Larissa Soares; PAULA, Luciane de; BERTOLASSI, Thiago; NETO, Faria. **A ANÁLISE DA NARRATIVA COMO INSTRUMENTO PARA PESQUISAS QUALITATIVAS**. Revista Ciências Exatas. Vol. 23, Nº. 1, 2017.

RODRIGUÉZ, Pepe. **Dios Nació Mujer**. La invención del concepto de Dios y la sumisión de la mujer, dos histórias paralelas. 2000.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **FEMINISMO RADICAL – PENSAMENTO E MOVIMENTO**. Travessias, ed. 4. 2008.

Via Campesina. **As camponesas e os camponeses da via campesina dizem**: Basta de Violência contra as mulheres. Campanha Internacional da Via Campesina. Brasília (Brasil): 2012.

Violência contra as mulheres. **A Lei Maria da penha Já está em vigor**. http://www.contee.org.br/secretarias/etnia/materia_23.htm. Acessado em 10.07.2018.